

Pedro Leonardo Cezar Spode

Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (PPGGEO/UFSM), atualmente realiza Pós-Doutorado no PPGGEO/UFSM
pedrospode@gmail.com

Período popular da história em ação: resistências e solidariedades na periferia urbana de Santa Maria, RS

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar e refletir sobre os processos de resistências e solidariedades que emergem nas periferias urbanas de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, à luz da teoria do período popular da história. Partimos da compreensão da pobreza urbana enquanto privação social, entendida não apenas como ausência de estruturas e recursos materiais, mas também como processo imaterial e subjetivo, que incide sobre o uso do território e o status socioespacial dos sujeitos. A pesquisa foi operacionalizada a partir de trabalhos de campo realizados entre 2020 e 2025, no levantamento de dados secundários e na cartografização das chamadas periferias populares de alta privação social. Destacamos os casos do bairro Nova Santa Marta e da ocupação Vila Resistência, ambos localizados na porção oeste da área urbana, cujos processos históricos evidenciam práticas territoriais marcadas pela luta por moradia, pela autogestão e pela produção coletiva de infraestruturas, cultura e sociabilidade. Essas práticas revelam racionalidades próprias, ancoradas no cotidiano dos pobres, que tensionam a ordem hegemônica e apontam para a construção de novos usos do território a partir do lugar, ensejando a possibilidade do período popular da história.

Palavras-chave: Pobreza urbana, Privação social, Periferias populares, Território usado, Lugar.

Résumé

PÉRIODE POPULAIRE DE L'HISTOIRE EN ACTION: RÉSISTANCES ET SOLIDARITÉS DANS LA PÉRIPHÉRIE URBAINE DE SANTA MARIA, RS

Le présent article a pour objectif d'analyser et de réfléchir aux processus de résistance et de solidarité qui émergent dans les périphéries urbaines de Santa Maria, dans l'État du Rio Grande do Sul, au Brésil, à la lumière de la théorie de la période populaire de l'histoire. L'analyse s'appuie sur la compréhension de la pauvreté urbaine comme privation sociale, entendue non seulement comme l'absence de structures et de ressources matérielles, mais également comme un processus immatériel et subjectif, qui affecte l'usage du territoire et le statut sociospatial des sujets. La recherche a été opérationnalisée à partir de travaux de terrain réalisés entre 2020 et 2025, du recours à des données secondaires et de la cartographie des dites périphéries populaires de forte privation sociale. Les cas du quartier Nova Santa Marta et de l'occupation Vila Resistência, tous deux situés dans la partie ouest de l'espace urbain, sont mis en évidence, leurs processus historiques révélant des pratiques territoriales marquées par la lutte pour le logement, l'autogestion et la production collective d'infrastructures, de culture et de sociabilité. Ces pratiques révèlent des rationalités propres, ancrées dans le quotidien des populations pauvres, qui mettent en tension l'ordre hégémonique et pointent vers la construction de nouveaux usages du territoire à partir du lieu, rendant possible la période populaire de l'histoire.

Mots-clés: Pauvreté urbaine, Privation sociale, Périphéries populaires, Territoire utilisé, Lieu.

1. Introdução

A pobreza urbana é um processo estrutural no Brasil e no mundo. As desigualdades socioespaciais emergem enquanto enorme desafio para os órgãos públicos, planejadores e cientistas sociais, uma vez que as estruturas públicas e privadas, isto é, o que Milton Santos (2006) definiu como meio técnico-científico-informacional, se difundem de maneira seletiva pelo território.

Para grande parte da população há um processo de privação do pleno uso do território, haja vista que os pobres que habitam as periferias das cidades não acessam a maioria das infraestruturas e dos recursos. São massas de pessoas habitando áreas desprovidas de acesso às estruturas básicas, tais como a moradia adequada e regularizada, o saneamento básico, a energia elétrica e a alimentação, condições que se configuram enquanto necessidades basilares para os grupos. É deste grito do território (SOUZA, 2017) que emergem as insatisfações que alimentam os processos

de resistência, por vezes fugazes e outras vezes ruidosas, materializados nas periferias pobres e precárias das cidades.

Estes processos de resistência ocorrem no contexto de um fenômeno mais amplo, o qual Milton Santos (2015) vinha chamando de período popular ou demográfico da história, em que os sujeitos hegemonzados criam alternativas e possibilidades frente à realidade hegemônica. Para o autor, estamos em uma fase da história na qual os pobres, em grande número nas cidades, adquiriram ampla capacidade de comunicação que os faz protagonistas de um período, a partir dos seus lugares, em fenômeno que indica “[...] para a mudança qualitativa da técnica para o homem” (DIAS, 2017, p. 24).

Para Santos (2015, p. 59), há um movimento, por vezes silencioso, por vezes ruidoso, dos pobres do mundo, que se demonstra “[...] pelas fragmentações e particularizações sensíveis em toda parte devidas à cultura e o território”. Isto é, nas periferias populares das cidades, é possível apreender a existência de um fenômeno novo, no qual os pobres engendram uma espécie de ruptura com a ordem hegemonzante estabelecida, produzindo mecanismos que passam pelos processos de resistências e solidariedades. Segundo Dias (2017, p. 62), estes processos de resistência e transformação se revelam nas práticas cotidianas do associativismo, na comunicação, nas representações artísticas, “[...] nas alternativas à falta de assistência mínima pelo Estado e na busca de alternativas para o pouco capital circulante nesses lugares”.

A aceleração do mundo do presente impõe à Geografia o desafio da compreensão dos novos sentidos do território e dos distintos usos atribuídos a ele. É necessário, portanto, a análise dos processos que constituem os lugares, os quais Milton Santos (2006) definia enquanto os espaços do acontecer solidário, que condicionam os usos do território e, finalmente, se expressam nas paisagens que observamos. Esta Geografia renovada, como afirma Maria Adélia de Souza (2025), precisa contemplar metodologicamente

[...] as características do período histórico em transição em que vivemos hoje, ou seja, um período caracterizado pela ação decisiva da ciência, da técnica, da informação e da comunicação, que implicam a globalização dos processos e ideias para aquilo que Milton Santos denomina período demográfico ou período popular da história, onde sobretudo os pobres, hoje representados também pelos movimentos de massa de imigrantes que cruzam o planeta em todos os sentidos, estão em busca do viver e se apresentam como sujeitos históricos. (SOUZA, 2025, p. 30).

O lugar emerge como conceito fundamental para pensarmos o período popular da história, pois nele se originam os processos e práticas socioespaciais de resistência e solidariedade, tão importantes na constituição do mundo urbano contemporâneo. O lugar, como explica Souza (2025, p. 150), se constitui como o “[...] berço da emoção, da solidariedade e dos pactos em torno de interesses como aqueles que movem também a política”.

É nessa perspectiva teórica que este estudo está amparado, sabendo que o espaço geográfico é um sistema indissociável de objetos e ações (SANTOS, 2006), uma instância da sociedade (SANTOS, 1980) que se impõe a tudo e a todos, com o território usado emergindo como uma categoria concreta de análise da sociedade (SOUZA, 2025). É com esse arcabouço teórico, epistemológico e metodológico que empreendemos a análise da realidade empírica de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul (RS), especialmente nas periferias pobres da cidade.

A partir de análise da privação social de Santa Maria, conceito que utilizamos para expressar a pobreza urbana na cidade, identificamos uma série de manifestações de resistência e solidariedades nos bairros pobres, que nos fizeram vislumbrar lampejos do período popular da história germinando nestes lugares. Estes processos, em conjunto com as análises da pobreza enquanto privação social, contribuíram, sobremaneira, para a construção, ainda que preliminar, de um conceito que denominamos *periferias populares de alta privação social* (SPODE, 2024; SPODE; FARIA, 2025).

Os processos de resistência e solidariedades que se expressam em diferentes porções da área urbana da cidade de Santa Maria e emergem enquanto contraponto às condições de pobreza aos quais os sujeitos estão inseridos é a temática central deste artigo. Para além da privação dos recursos materiais, a pobreza assume dimensões que se processam no cotidiano dos sujeitos, nas lutas diárias e nas resistências, organizadas ou não, e constituem a real possibilidade do mundo novo a partir do período popular da história, a qual estamos tratando neste texto. Os trabalhos de campo nos permitiram evidenciar uma infinidade de manifestações de resistência e solidariedades que formam um conjunto de pequenas revoluções cotidianas por toda a periferia da cidade.

Para esse artigo, objetivamos analisar e refletir acerca de duas situações em especial, que evidenciam estas práticas na área urbana de Santa

Maria: a primeira, o bairro Nova Santa Marta, na região oeste da cidade, enquanto bairro que tem sua formação territorial ligada aos processos de luta pela moradia e que, no período atual, se constitui em um dos bairros mais populosos de Santa Maria; a segunda, a chamada Vila Resistência, ocupação localizada no bairro Pinheiro Machado, também na porção oeste da cidade.

Os procedimentos metodológicos incluíram levantamentos de dados em inúmeros trabalhos de campo em toda a área urbana de Santa Maria, que ocorreram entre os anos de 2020 e 2025. Também foram utilizados dados secundários obtidos de órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e secretarias da Prefeitura Municipal de Santa Maria, tais como a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Secretaria de Habitação e ainda o Instituto de Planejamento (IPLAN). Nestes órgãos levantamos dados acerca de população, renda, moradia, cadastro único, além das malhas cartográficas dos bairros, vilas, ocupações irregulares, entre outros.

Cabe destacar que este artigo é parte integrante de uma série de pesquisas realizadas nos últimos 10 anos na área urbana de Santa Maria, acerca da pobreza e as diferentes dimensões da privação social na cidade, como: a ausência de estruturas públicas como o saneamento básico; a questão da moradia urbana e as ocupações irregulares; as dificuldades de deslocamento dos grupos no espaço; as seletividades e desigualdades no acesso à saúde pública e privada na cidade, entre outros. Tais pesquisas resultaram em dissertações de mestrado (SPODE, 2020; MORAES, 2020; ERTHAL, 2023; RORATO, 2023) e teses de doutoramento (SPODE, 2024; BRUM VARGAS, 2025), que contribuíram para o entendimento mais aprofundado da realidade socioespacial do município de Santa Maria.

2. Formação territorial de Santa Maria, no Rio Grande do Sul: breves considerações

De acordo com o IBGE (2022), a população de Santa Maria é de 271.735 habitantes, majoritariamente urbanos (população de 95% habitando a área urbana), conforme indicavam os dados do ano de 2010 do IBGE (IBGE,

2010). Trata-se de importante cidade do interior do RS, localizada na região central do estado, condição que ao longo do processo histórico lhe conferiu status militar estratégico, além de importante vetor de fluxos de pessoas e mercadorias, sobretudo no final do Século XIX, com a implantação do sistema ferroviário.

O uso ferroviário do território, cabe ressaltar, foi processo fundamental na consolidação econômica, política e cultural da cidade, uma vez que Santa Maria, nas primeiras décadas do Século XX, tornou-se o principal entroncamento ferroviário da região Sul do Brasil. Este processo pode ser observado atualmente na paisagem do município, que apresenta inúmeras rugosidades ferroviárias, como estações, indústrias, estradas de ferro, monumentos, edifícios, cooperativas de trabalhadores, escolas, entre diversos outros objetos espaciais ligados ao período ferroviário.

Ademais, Santa Maria também é centro militar importante no país, com 22 unidades do exército, uma base aérea, campos de instrução, contando com o segundo maior contingente de militares do Brasil (RIO GRANDE DO SUL, 2021). O militarismo está presente desde a formação inicial do município, que no contexto das disputas territoriais coloniais entre os reinos de Espanha e Portugal, no final do Século XVIII, fundou-se a partir de acampamento militar instalado no local com objetivo da demarcação dos limites das posses territoriais destas nações (BELTRÃO, 2013).

Santa Maria também se apresenta como polo educacional, com a presença de uma universidade federal, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), implementada no ano de 1960, primeira a ser instalada em um município do interior do país (ROCHA FILHO, 1993). Além da UFSM, a cidade dispõe de diversas universidades comunitárias e privadas, como também escolas de ensino primário e secundário, tanto públicas como privadas, fato que faz com que haja na cidade uma enorme população fluante de estudantes, que usam as estruturas educacionais da cidade para seus estudos. O município, também, apresenta-se como polo de serviços de saúde pública e privada, com uma série de hospitais, clínicas, entre outros serviços que também exercem influência na dinâmica populacional e econômica da cidade.

Cabe destacar que Santa Maria é um centro de drenagem do capital agrário, que envolve uma elite econômica muito ligada a proprietários

fundiários citadinos (ROCHA, 1993), que investem parte dos seus rendimentos em diferentes segmentos urbanos, a exemplo da construção civil. De acordo com Faria, Savian e Vargas (2019), tal renda fundiária advém do uso e da exploração desigual da renda da terra em médias e grandes propriedades localizadas nas porções centro e oeste do estado. Assim, “[...] parte dessa renda contribui para aquecer o mercado imobiliário e da construção civil ou ainda o consumo dos serviços e do comércio” (FARIA; SAVIAN; VARGAS, 2019, p. 237).

O município tem área de 1.780,194 km², com densidade demográfica de 152,64 habitantes por km² (IBGE, 2022). A estruturação urbana é composta por 42 bairros e 10 distritos, incluindo o distrito sede (SANTA MARIA, 2018), com os bairros mais populosos sendo Camobi (25.891), Centro (18.117), Juscelino Kubitschek (12.180), Nova Santa Marta (12.716), Tancredo Neves (9.494) e Pinheiro Machado (13.935), todos localizados na porção oeste da área urbana (IBGE, 2022).

Santa Maria apresenta enormes desigualdades socioespaciais que se revelam a partir da difusão desigual e seletiva do meio técnico-científico e informacional (SANTOS, 2006) pela área urbana. A maior parte das infraestruturas de uso coletivo, como também os serviços públicos e privados se concentram em determinados pontos do território, sobretudo em bairros com população de maior renda, localizados na porção central e leste da área urbana. No mapa das periferias populares de alta privação, que será apresentado posteriormente (figura 1), é possível visualizar os *espaços luminosos* de Santa Maria, localizados, especialmente, nos bairros da porção central, estendendo-se descontinuamente para leste, alcançando o bairro Camobi.

Os bairros localizados nas porções mais distantes do centro urbano, em áreas menos valorizadas economicamente, principalmente nas regiões norte, sul e oeste, apresentam os maiores problemas urbanos e menores disponibilidades de infraestrutura. São as desigualdades e as seletividades socioespaciais (SOUZA, 2025) que se expressam nas cidades, nas quais determinadas áreas concentram infraestrutura, serviços e investimentos, enquanto outras permanecem marcadas pela escassez, pela ausência de equipamentos, sejam públicos ou privados.

Esta é a dinâmica territorial do meio técnico pelas cidades, que se concentra em pontos do território onde as estruturas permitem a maior

circulação do capital. Nas periferias pobres das cidades, onde as modernizações, a tecnologia e a fluidez do capital é menor, o meio técnico-científico e informacional se manifesta de maneira rarefeita, incompleta e seletiva. Nestes espaços da escassez concentramos nossas análises, com especial destaque para a periferia oeste da área urbana, reconhecidamente uma das áreas mais populosas e carentes de infraestrutura de Santa Maria.

3. As periferias populares de alta privação social em Santa Maria, RS

As inúmeras incursões de campo empregadas nos bairros urbanos de Santa Maria, que nos renderam a construção de um volumoso banco de dados empíricos, foram fundamentais para a identificação das chamadas periferias populares presentes em diferentes áreas da cidade. Estas periferias populares de alta privação social se definem, por um lado, pela ausência de estruturas necessárias para a manutenção da vida, tais como a moradia adequada e regularizada, o saneamento básico, a energia elétrica, e, por outro lado, pelos processos de resistência popular que se realizam nestes lugares.

Considerando a precariedade dos serviços e estruturas nas periferias populares, os sujeitos articulam estratégias de mitigação e enfrentamento das condições que lhes são impostas. Os sujeitos que habitam as periferias pobres das cidades, em nosso caso de Santa Maria, reconfiguram os sentidos da privação, através de processos de resistências e solidariedades, ancorados no cotidiano e, não raro, ausentes das análises urbanas.

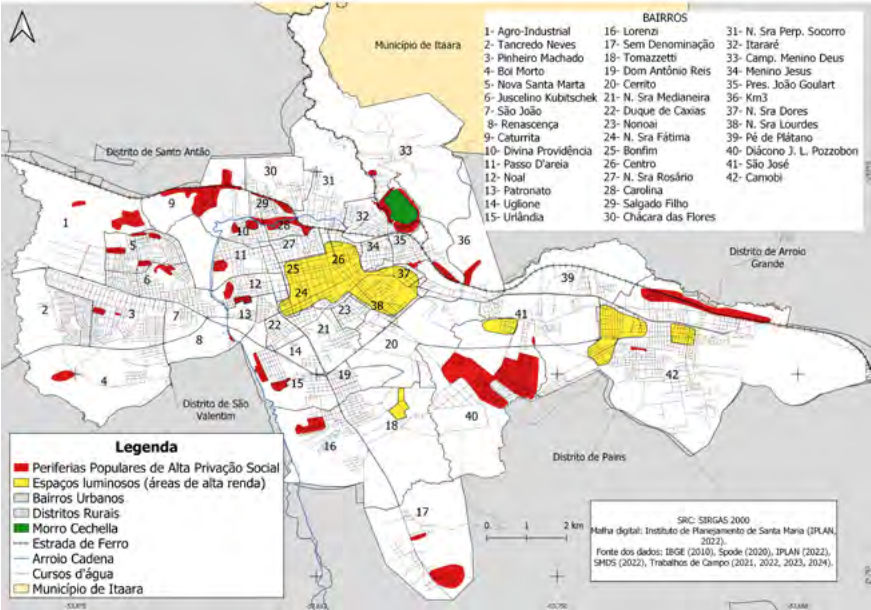
O lugar, enquanto conceito fundamental da Geografia, torna-se essencial para o reconhecimento destes processos. As periferias somente são *populares* por que se realizam no território usado pelos sujeitos, produzindo lugares, estes espaços do acontecer solidário na visão de Milton Santos (2006), onde os processos podem ser plenamente compreendidos. Como explica Souza (2025, p. 159-160):

Na cidade, o que é possível é o fantástico processo de constituição *dos lugares*, esses *espaços do acontecer solidário* que já existem e que já abrigam possibilidades de resistência, seja pela sua própria essência e degradante aparência dos usos do território, seja pelo imenso e diversificado processo de luta e resistência existentes

nas periferias pobres das metrópoles brasileiras (SOUZA, 2025, p. 159-160, grifos da autora).

Houve, nesse sentido, um esforço de cartografização do território municipal e de seus usos, a partir de dados primários e secundários, em que o resultado foi expresso a partir de sete fragmentos no espaço urbano de Santa Maria, os quais denominamos periferias populares de alta privação social (figura 1).

Figura 1
CARTOGRAFIA DAS PERIFERIAS POPULARES DE ALTA PRIVAÇÃO SOCIAL NA ÁREA URBANA DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL.



Fonte: Trabalhos de campo (2020-2025). Elaboração: o autor (2025).

Foram elencadas sete manchas de pobreza urbana no território municipal, onde identificamos diferentes situações de privação e também de resistências, que se processam em oposição à escassez de toda ordem que se apresenta nestas áreas. Ademais, buscamos cartografar os *espaços da rapidez* na cidade (áreas em amarelo no mapa), porções do território onde as infraestruturas públicas e privadas estão concentradas, constituídos por população de média e alta rendas, com acesso facilitado aos serviços

e demais recursos. São os bairros que se localizam na região central da cidade, onde o meio técnico é mais bem difundido, concentrando edifícios altos, serviços públicos e privados, entre outras amenidades. Estes espaços *luminosos* ou da *rapidez* se distribuem territorialmente em um traçado descontínuo que parte da porção central e se dirigem para leste da área urbana, onde se localiza o bairro Camobi.

Em nossa pesquisa de doutoramento percorremos todas as periferias de alta privação social, avaliando as condições estruturais de pobreza, as ausências de atributos materiais, tanto públicos, quanto privados, como também os processos de resistências e solidariedades que emergem nestes lugares. Em termos de resistências e solidariedades, registrou-se em diário de campo desde estruturas físicas, como cozinhas coletivas, associações de moradores e centros comunitários, até expressões imateriais, a exemplo de intervenções artísticas, como músicos de rap e outros gêneros musicais, teatro e artes plásticas.

O rap é um exemplo claro de resistência territorial através da arte. Os músicos de rap, a partir das letras de suas canções, denunciam os diferentes problemas socioespaciais e situações de privação que se reproduzem no cotidiano das periferias pobres, produzindo política através da arte. Milton Santos (2015, p. 70) já alertava para esta questão quando afirmava que a cultura dos *de baixo* é baseada no território, no trabalho e no cotidiano, e por essa razão é cultura e também é política. De acordo com o autor,

Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos e das organizações. Tal cultura realiza-se segundo níveis mais baixos de técnicas, de capital e de organização, daí suas formas típicas de criação. Isto seria, aparentemente, uma fraqueza, mas na realidade é uma força, já que se realiza, desse modo, uma integração orgânica com o território dos pobres e o seu conteúdo humano. Daí a expressividade dos seus símbolos, manifestados na fala, na música e na riqueza das formas de intercurso e solidariedade entre as pessoas. E tudo isso evolui de modo inseparável, o que assegura a permanência do movimento (SANTOS, 2015, p. 70-71).

Um exemplo prático deste processo pôde ser verificado na periferia norte da cidade, precisamente no bairro Itararé, onde identificamos, no

âmbito de nossas pesquisas, a atuação de um artista local conhecido como *Poeta da Zona Norte*, que produz músicas de rap a partir de vivências cotidianas construídas no lugar. Em uma das músicas avaliadas, o artista apresenta diversos aspectos da realidade socioespacial das periferias da região norte de Santa Maria, com destaque para elementos que estão presentes na paisagem urbana do bairro Itararé, como o trecho a seguir demonstra:

Na Garibaldi eles não me conhecem mais pelo nome, porque entre becos eu honrei o microfone [...]; subi na vila com meu mano Wezz fazendo uma improvisação, criando verdades que trazem apenas um refrão [...]; Mais um moleque do outro lado, mandando um salve para a Canário [...]; Não dava valor para os moleques da Gariba [...] (V.W POETA DA ZONA NORTE, 2021).

Nestes trechos o artista faz referência às formas-conteúdo presentes no bairro Itararé, como a vila Canário, localizada em área de risco à vida, na vertente do Morro Cechella, como também a rua denominada Anita Garibaldi, conhecida popularmente como Gariba. O lugar, enquanto espaço do acontecer solidário, concreto, onde a vida humana se realiza e se encontra com o mundo (SOUZA, 2025), emerge de maneira flagrante na música do artista, que publica suas músicas em canal na plataforma *Youtube*¹.

Em outro trecho é possível identificar os processos de violência e criminalidade que se reproduzem de maneira expressiva nas periferias pobres e, ao mesmo tempo, são perversamente naturalizados no cotidiano dos habitantes das áreas de alta privação social urbana. Este cotidiano de violência urbana pode ser identificado no seguinte trecho da letra: “Saudades eu tenho de todos os irmãos, e o tempo que eu andava de bike rebaixada, cada molecadinha tinha essa emoção, o futebol me tirou da vida errada, aquilo sim me dava cada inspiração [...]” (V.W POETA DA ZONA NORTE, 2021).

As manifestações artísticas refletem a realidade socioespacial das periferias pobres, produzindo um tipo específico de informação que é compartilhada no território usado pelos sujeitos. Evidentemente há um outro tipo de compartilhamento de informações no mundo pobre, mais genuíno e menos dependente dos aparatos técnicos e tecnológicos, muito embora os instrumentos técnicos sejam vetores importantes para a disseminação da informação. Os *smartphones* e as redes de *internet* são um exemplo importante destes processos.

O que é importante ressaltar, nesse contexto, é o conteúdo político contido na arte produzida nas periferias populares. Os artistas, a partir das dificuldades enfrentadas para usarem plenamente o território e da própria experiência da escassez, compreendem a sua realidade e a conjuntura política, econômica e social que os cerca, construindo em conjunto possibilidades de enfrentamento à pobreza. Segundo Adorno (2008), a arte possui um caráter antecipatório, na medida em que, ao expressar negativamente a realidade existente, torna visíveis tensões e conflitos sociais e econômicos antes mesmo de sua plena materialização histórica. O artista *Poeta da Zona Norte*, como tantos outros artistas, oferece uma possibilidade de revanche, a partir do lugar e do território usado, praticado como diria Ana Clara Torres Ribeiro, à ordem hegemônica globalizante, que se impõe verticalmente nos lugares.

O papel da arte consiste em expressar criticamente o descontentamento diante da realidade social vivida pelos sujeitos. Para Adorno (2008, p. 16), essa relação entre arte e sociedade não se dá pela reprodução imediata do real, mas pelo fato de que os antagonismos “[...] não resolvidos da realidade retornam às obras de arte como os problemas iminentes da sua forma. É isto, e não a trama dos momentos objectivos, que define a relação da arte à sociedade”.

No caso do *Poeta da Zona Norte*, ao utilizar-se das ferramentas técnicas oriundas da globalização, como as plataformas online *YouTube* e *Facebook*, o artista reproduz para o mundo a realidade vivida pelos sujeitos privados da região norte de Santa Maria, em especial das vilas pobres do bairro Itararé. Tal prática dialoga com a interpretação de Santos (2015, p. 70), para quem “[...] a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos ‘de baixo’, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias”.

Os processos de resistência se realizam, voluntaria e involuntariamente, em toda a periferia urbana de Santa Maria. Este é o conteúdo popular das periferias populares de alta privação social que se relaciona intrinsecamente ao que Milton Santos denomina como período popular da história. As periferias populares demonstram, ao mesmo tempo, a privação material, que se revela pela ausência de todas as infraestruturas básicas para o desenvolvimento adequado dos grupos, como também os

processos de resistências e solidariedades que emergem nestas áreas. Trata-se da privação social encarada da perspectiva dos pobres, que no seu cotidiano de escassez constrói uma luta diária pelo direito ao uso pleno do território. Portanto, a dimensão popular das periferias de alta privação social, ligada ao cotidiano dos pobres e aos movimentos espontâneos e organizados que se processam a partir dele, torna-se aspecto fundamental para a compreensão geográfica da pobreza urbana. E a noção de período popular da história permite a análise a partir do movimento dos pobres, configurando papel de centralidade às periferias pobres, considerando os processos de resistência que decorrem das disputas pelo uso do território, assim como dos limitados recursos e estruturas a ele associados.

4. Processos de resistência e solidariedades na ocupação *Vila Resistência* e no bairro Nova Santa Marta

O bairro Nova Santa Marta é um caso emblemático quando se trata da constituição de processos de resistência e solidariedades na cidade de Santa Maria. O bairro é resultado de ocupação ocorrida no ano de 1991, liderada pelo Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLM), em terras públicas, desapropriadas para moradia popular, anteriormente pertencentes à Fazenda Santa Marta. Este processo de ocupação foi organizado a partir da atuação de movimento social de luta pela moradia, contando com apoio de instituições religiosas e de ensino, como a Universidade Federal, sindicatos, políticos, entre outros.

A ocupação da área que se tornaria o bairro Nova Santa Marta foi permeada por um longo e tortuoso processo de luta, resistência e solidariedades. Foram anos de habitação precária em barracas de lona, em área sem nenhuma estrutura, incluindo as estruturas básicas, como água potável, energia elétrica, transporte público, ruas etc. Os moradores, a partir de mutirões, produziam, de maneira improvisada, as estruturas necessárias à sobrevivência, construindo ruas, pontes, entre outros. É possível afirmar que a formação territorial do então bairro Nova Santa Marta foi literalmente construída pelas mãos dos moradores. Há inúmeros

relatos, reportagens de jornal, materiais impressos e audiovisuais, que contam a história da luta pela moradia digna e pelo próprio uso do território. A imagem da figura 2, registrada em jornal local no ano de 1995, revela os mutirões de moradores organizados na implantação e manutenção das estruturas coletivas.

Figura 2

REGISTRO MOSTRA OS MORADORES TRABALHANDO NA MANUTENÇÃO DE UMA RUA NO ANO DE 1995, NA ENTÃO OCUPAÇÃO NOVA SANTA MARTA



Fonte: Scherer (2005).

Além da pobreza material, com ausência de todas as estruturas físicas necessárias para o desenvolvimento adequado da vida, os moradores do Nova Santa Marta enfrentaram, por anos, um processo sistemático de discriminação social. Durante muito tempo foram pejorativamente classificados como “sem teto” (SCHERER, 2005), pelo fato de habitarem por anos em barracas de lona improvisadas e sem estruturas. É um processo de discriminação, um estigma socioespacial, se assim podemos definir, que revela a privação não apenas como ausência de estruturas e condições materiais, mas também como fenômeno imaterial e subjetivo que incide sobre o status socioespacial dos sujeitos.

No final dos anos de 1990, quando a Nova Santa Marta já alcançava uma população muito significativa, de mais de 10 mil habitantes, ainda

sem infraestrutura e com novas ocupações que se reproduziam rapidamente, a discriminação dos moradores era recorrente na cidade. O relato de Scherer (2005, p. 22) permite compreender a dimensão deste processo de privação imaterial:

Geralmente os moradores da Nova Santa Marta eram discriminados pelos moradores do centro da cidade e pelas lojas, entretanto a má fama de “desocupados dos sem-teto” é fruto de preconceito também entre a própria periferia. Moradores de comunidades próximas à ocupação como Cohab Santa Marta, Vila Prado e Vila Jóquei Clube desvalorizavam e vinculavam uma má fama de quem morasse na ocupação. Eram os “sem teto”, denominação de caráter pejorativo (SCHERER, 2005, p. 22).

Somente no ano de 2006 o Nova Santa Marta é reconhecido enquanto bairro urbano da cidade (SANTA MARIA, 2006), embora a maior parte das moradias ainda se encontrasse na condição legalmente irregular. As regularizações somente compreenderam a totalidade das moradias no início da segunda década do Século XXI, quando a Prefeitura Municipal entregou certidões com a Concessões de Direito Real de Uso (CDRU). É importante destacar que existem novas ocupações irregulares que se reproduzem nos limites do bairro Nova Santa Marta, em uma velocidade maior do que as regularizações ocorrem.

O documentário intitulado *Cidade de Lona*², lançado em 2022, fornece rico material audiovisual acerca do processo histórico da Nova Santa Marta, a partir de entrevistas com lideranças populares e moradores, tratando, especialmente, dos primeiros anos. Este documentário, produzido a partir da comunidade, é uma manifestação da realidade socioespacial das periferias populares, dos pobres, nesse caso do bairro Nova Santa Marta, que, a partir de sua racionalidade, criam diferentes mecanismos de enfrentamento à privação social urbana.

O documentário em questão foi produzido pelo coletivo audiovisual local chamado *TV Ovo*. É o primeiro de uma série documental que irá tratar sobre o processo histórico da ocupação Nova Santa Marta, atual bairro Nova Santa Marta. Foi lançado oficialmente em março de 2022, no ginásio do Colégio Marista do bairro Nova Santa Marta, sendo exibido em eventos científicos e culturais que tratam questões relativas ao território urbano de Santa Maria. Trata-se de um registro do processo histórico do bairro e, sobretudo, dos sujeitos que, a partir das práticas de resistência e

solidariedades, construíram o atual bairro Nova Santa Marta. É a privação revelada para o mundo através da ótica dos privados, que, com suas práticas territoriais, portanto, políticas, constroem um mundo novo de possibilidades a partir do seu lugar. Cada lugar é, à sua maneira, o mundo, como nos lembra Milton Santos (2006).

É no lugar que as resistências e solidariedades emergem. Para além das práticas organizadas, mas em conjunto com elas, observa-se que os sujeitos das periferias populares espontanea ou instintivamente se utilizam de diferentes estratégias de enfrentamento às condições de vida nas quais estão inseridos. Os grupos de vizinhos na plataforma *WhatsApp*, por exemplo, funcionam enquanto ferramentas que os sujeitos encontram para divulgar todo o tipo de informação, incluindo alertas para os *territórios do medo*, os pontos perigosos no interior das periferias das cidades. Um outro exemplo são os serviços informais de táxi que se processam nas periferias, operados, na maioria das vezes, por um morador local, que usa seu veículo para o transporte de pessoas. Esta é uma alternativa utilizada pelos moradores das periferias populares para suprir a imobilidade urbana à qual estão submetidos, uma vez que, diante da ausência de transporte público de qualidade, como também da disponibilidade de taxis regularizados que adentrem os *rincões* da cidade, os sujeitos recorrem aos serviços informais enquanto estratégia que se constrói a partir da necessidade. São estes os elementos que constituem as periferias populares, no mesmo sentido que Angelo Serpa (2009) e Dias (2017) definem os bairros populares de Salvador, embora com distinções em termos conceituais. As resistências produzidas nestes bairros populares ou periferias populares devem ser compreendidas considerando o tráfico de drogas, o papel dos evangélicos, “[...] os conflitos que nele se estabelecem e o poder do Estado, que influi em suas dinâmicas. Outra característica dos bairros populares no Brasil é que a polícia pode entrar na casa dos moradores sem mandado judicial” (SOUZA; DIAS; PORTO, 2020, p. 184).

Esse conjunto de práticas de resistências e solidariedades não se restringe à Nova Santa Marta, manifestando-se, a partir de diferentes racionalidades, em diversos lugares da cidade, cada qual marcado por características próprias e por processos históricos singulares. Dentre

diversas situações identificadas destacamos o caso da Vila Resistência, no bairro Pinheiro Machado, também localizado na porção oeste da área urbana de Santa Maria.

A Vila Resistência é uma ocupação formada no ano de 2016, em terras públicas, pertencentes ao Poder Público Municipal. Possui organização ligada à autogestão, com grande parte da infraestrutura implantada a partir de mutirões, uma vez que não há disponibilidade de estruturas públicas, como saneamento, energia elétrica etc. Identificou-se uma série de estruturas produzidas pela coletividade, como áreas de lazer, cozinha comunitária, uma escola que oferece reforço escolar para filhos dos moradores, horta, entre outros objetos implantados pelos próprios sujeitos residentes na ocupação.

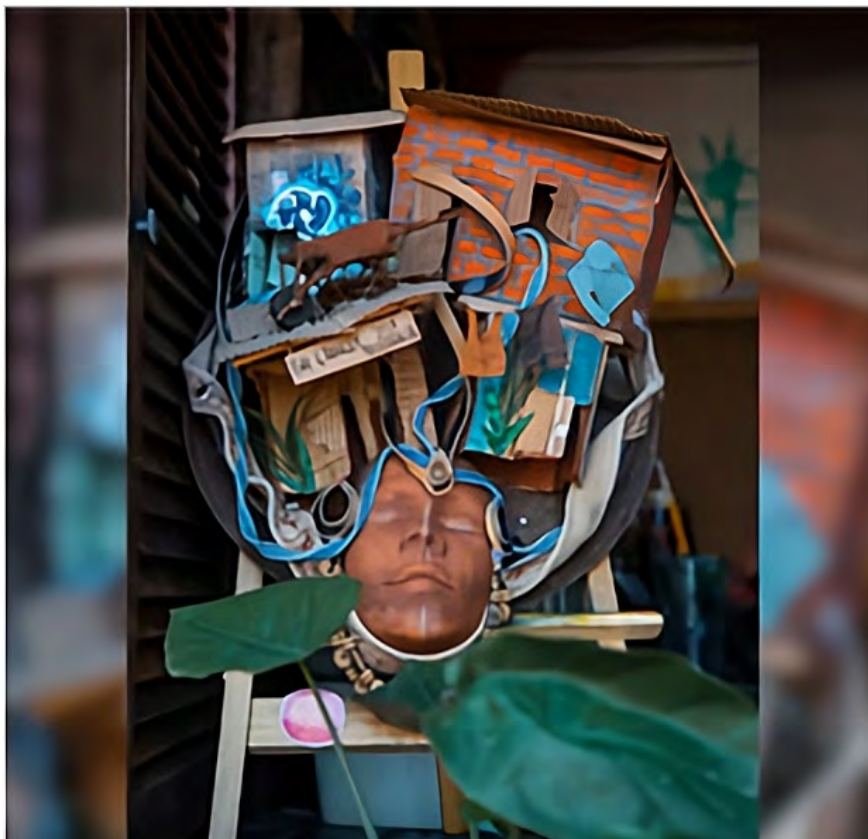
O *website* Sul 21 (2018, s. p.) relatou em artigo os mutirões empreendidos pelos moradores na implantação das estruturas necessárias, que coletivamente construíram “[...] ‘com a força dos braços’ as próprias ruas e pontilhões para poderem transitar melhor, receber parentes, amigos, vizinhos, familiares e apoiadores”. Grande parte destas estruturas foram visualizadas nas observações de campo.

A população local se organiza autonomamente em diferentes frentes, como na produção das estruturas físicas necessárias para o adequado desenvolvimento da vida e, também, na organização política e reivindicatória. Nos últimos anos, diversos protestos foram organizados em torno de pautas, como a regularização, assim como também empreendidas práticas de resistência contra sucessivas reintegrações de posse operadas pelo poder público municipal.

Além disso, uma série de movimentos artístico-culturais são produzidos na Vila Resistência, a partir de festivais organizados na ocupação, envolvendo música, teatro, artes visuais, entre outros. Um exemplo disso é o *Ateliê Grió*, configurado em espaço coletivo destinado à arte e à cultura, onde foi produzida uma intervenção artística de grande repercussão chamada *A Vila Vive em Mim* (figura 3), criada pela artista *Mariri*, exposta no festival *ExpoFavela* em São Paulo, no ano de 2023 (ABBAD, 2023).

Figura 3

PRODUÇÃO ARTÍSTICA ORIUNDA DE ATELIÊ DA VILA RESISTÊNCIA



Fonte: Diário de Santa Maria (2023).

A própria denominação da obra de arte, chamada *A Vila Vive em Mim*, demonstra a natureza endógena da representação que, além de cultural, é também política. É o processo de privação social literalmente expresso na representação artística, produzida pelos e a partir dos moradores da ocupação Vila Resistência, e repercutida para o mundo através do evento *ExpoFavela* e de toda a repercussão midiática que se seguiu. O lugar é uma razão local e uma razão global, como diria Milton Santos (2014). É no lugar, portanto, este espaço da emoção e também da política, que outras formas de conceber o mundo, fora dos padrões hegemônicos, manifestam-se e revelam possibilidades (SANTOS, 2015).

O jornal local Diário de Santa Maria, publicou uma reportagem em setembro de 2023, intitulada *Arte da resistência: conheça o trabalho de comunidade de Santa Maria que será levado à ExpoFavela, em São Paulo*³. Nela, é apresentada uma entrevista com a artista responsável pela obra, por meio da qual torna-se possível identificar a indissociável relação entre a Vila Resistência, enquanto lugar e território usado pelos moradores e os objetos que a compõem, como é o caso das precárias residências, materializadas na obra artística. Em um trecho da entrevista, a artista relata que:

Eu nunca andei só. Eu carrego inúmeras vidas e caminhos junto comigo. Porque sem essa inspiração talvez eu não estaria criando arte. São essas pessoas que mantêm a minha chama acesa no dia a dia. E digo que a periferia ela tem muita luta, mas ela tem muita beleza também. E é na humildade e na simplicidade que a gente enxerga isso (ABBAD, 2023, s.p.).

A pobreza é uma condição de privação de estruturas e recursos que permitem, de certa maneira, germinar a consciência dos pobres acerca das privações às quais estão submetidos. A privação social é, ao mesmo tempo, material e social, conforme já mencionado, como também é luta, resistência e solidariedades, como exemplificado para Santa Maria a partir do bairro Nova Santa Marta, além das manifestações artísticas do *Poeta da Zona Norte*, como também da Vila Resistência e diversos outros que foram identificados e registrados em nossas pesquisas. É isso o que Milton Santos definiu como período popular, no qual os pobres do mundo, dotados da comunicação que os caracteriza, utilizam as ferramentas técnicas oriundas da globalização para promover uma situação nova, realizada a partir do mundo pobre. Se trata de uma nova ordem, como identifica Souza (2008, p. 46), na qual “[...] os sujeitos históricos da cidade começam a ser ‘os de baixo’, criminalizados, é bem verdade, mas também sujeitos da história”.

5. Considerações e possibilidades para a construção do futuro

Diante do exposto ao longo deste trabalho, compreende-se que os pobres, habitantes das periferias populares, na própria luta pelo uso

completo do território, no exercício da comunicação e na cotidianidade da vida, possuem consciência de sua condição social e, por essa razão, produzem estratégias voltadas à mitigação das diferentes formas de privação nas quais estão inseridos. Conforme argumenta Santos (2006), a produção limitada de racionalidade, associada a uma produção ampla de escassez, conduz os sujeitos que se encontram fora do círculo da racionalidade hegemônica à descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência. Assim, as periferias populares de alta privação social somente se constituem como populares em razão das múltiplas formas de resistência que nelas se manifestam, desde as mais incipientes, silenciosas e triviais, até processos de revolta que tensionam, por vezes de forma violenta, a ordem hegemônica e globalizante.

Para Santos (2015), embora o dinheiro e a globalização possuam um caráter globalmente destrutivo, tal processo revela-se contraditório ao estimular a resistência de parcelas crescentes da humanidade a partir de seus distintos lugares. Os pobres do mundo e, no caso deste estudo, os pobres urbanos de Santa Maria, enquanto o contingente mais numeroso da sociedade, generalizam-se por todos os lugares, utilizam o território urbano e se movimentam por ele, ainda que se concentrem, geograficamente, nas periferias populares marcadas pela privação social.

E isso é o território sendo usado e apropriado pelos pobres e desvalidos do mundo, construindo racionalidades e, ao mesmo tempo, o período popular da história, repleto de esperanças e com base no sofrimento, conforme alerta Souza (2025). Segundo a autora, “há que se pensar em novos usos do território, criar possibilidades para novas constituições de lugares, novas *temporalidades* e *espacialidades* exigidas pelo mundo novo!” (SOUZA, 2025, p. 145). Por fim, conforme destaca Santos (2015), a pobreza não se reduz a uma condição de carência material, constituindo-se igualmente como espaço de luta e de resistência pela garantia de direitos e pela permanência nos lugares. A Nova Santa Marta e a Vila Resistência exemplificam esses processos, uma vez que seus próprios processos históricos evidenciam a produção de usos do território marcados pela cooperação, pela resistência e pela construção coletiva do lugar.

Notas

- 1 O canal do artista na plataforma online Youtube pode ser acessado no seguinte link: <https://www.youtube.com/@v.wofficial6789>
- 2 Cidade de Lona foi dirigido por Paulo Tavares e produzido pelo coletivo audiovisual chamado TV Ovo. O documentário pode ser visualizado no canal da produtora TV Ovo na plataforma Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=MYq3vFdG8fY>
- 3 A matéria publicada pelo jornal Diário de Santa Maria pode ser visualizada no seguinte link: https://diariosm.com.br/cultura/revista_mix/arte_da_resistencia_conheca_o_trabalho_de_comunidade_de_santa_maria_que_sera_levado_a_expofavela_em_sao_paulo.542198

Referências

ABBAD B. **Arte da resistência:** conheça o trabalho de comunidade de Santa Maria que será levado à ExpoFavela, em São Paulo. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 09 set. 2023. Disponível em: https://diariosm.com.br/cultura/revista_mix/arte_da_resistencia_conheca_o_trabalho_de_comunidade_de_santa_maria_que_sera_levado_a_expofavela_em_sao_paulo.542198. Acesso em: 10 fev. 2026.

ADORNO, L. W. **Teoria estética**. Lisboa: Edições 70 Lda, 2008.

BELTRÃO, R. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho:** 1787-1930. 3. ed. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2013.

BRUM VARGAS, R. M. **Direito à cidade e à moradia:** análise socioespacial das ocupações irregulares em Santa Maria, RS. 2025. 274f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2025.

DIAS, C. **Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade:** relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador. 2017. 285f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ERTHAL, D. B. **Difusão e distribuição espacial da Covid-19:** desafios e potencialidades da atenção básica à saúde no ano de 2020 em Santa Maria, RS. 2023. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

FARIA, R. M; SAVIAN, P. S.; VARGAS, D. Territórios da privação social na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 37, n. 1, p. 234-250, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: resultados do universo por setor censitário. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Brasil/Rio Grande do Sul/Santa Maria. **População**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MORAES, L. M. **Privação ao saneamento e à saúde no território urbano da Vila Lúcia em Santa Maria, RS**. 2020. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

POETA DA ZONA NORTE. V.W@official. **Youtube**, 12 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/@v.wofficial6789>. Acesso em: 10 fev. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Governo e prefeitura de Santa Maria reforçam candidatura para receber escola militar. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 2021. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/governo-e-prefeitura-de-santa-maria-reforcam-candidatura-para-receber-escola-militar>. Acesso em: 07 fev. 2026.

ROCHA FILHO, M. J., **A terra, o homem e a educação**: universidade para o desenvolvimento. Santa Maria: Editora Pallotti, 1993.

ROCHA, L. H. M. da, **O papel de Santa Maria como centro de drenagem da renda fundiária**. 1993. 179f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1993.

RORATO, L. C. **Mobilidade urbana em Santa Maria, RS**: os desafios da integração territorial em áreas de alta privação social. 2023. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

SANTA MARIA. **Lei Complementar nº 117, de 26 de julho de 2018**. Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento, Perímetro Urbano e Sistema Viário do Município de Santa Maria. 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-santa-maria-rs>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SANTA MARIA. **Lei Complementar Nº 42, de 29 de dezembro de 2006**. Cria unidades urbanas, altera a divisão urbana de Santa Maria, dá nova denominação aos bairros e revoga a Lei Municipal Nº 2770/86, de 02/07/1986, artigos 2º a 25 e dá outras providências. 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-santa-maria-rs>.

com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-complementar/2006/4/42/lei-complementar-n-42-2006-cria-unidades-urbanas-altera-a-divisao-urbana-de-santa-maria-da-nova-denominacao-aos-bairros-e-revoga-a-lei-municipal-n-2770-86-de-02-07-1986-artigos-2-a-. Acesso em: 10 fev. 2026.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Editora Hucitec. 1980.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SCHERER, M. de F. **Nova Santa Marta**: uma evolução histórico-espacial. Santa Maria: Gráfica UFSM. 2005.

SERPA, A. Ativismos socioculturais nos bairros populares de Salvador: relações entre cultura e política na articulação de novos conteúdos para a esfera pública urbana. **Revista Cidades**, v. 6, n. 9, p. 155-191, 2009.

SOUZA, M. A. A. de. A Metrópole e o futuro. A dinâmica dos Lugares e o Período Popular da História. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **A Metrópole e o Futuro**. Refletindo sobre Campinas. Campinas: Edições Territorial, 2008. Cap. 2, p 35-53.

SOUZA, M. A. A. de. Introdução. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território brasileiro**: usos e abusos. Arapiraca: EDUNEAL, 2017. p. 29-38.

SOUZA, M. A. A. de.; DIAS, C.; PORTO, G. C. S. Geografia e cidadania em tempo de pandemia da COVID-19. In: ALVES, F. D.; AZEVEDO, S. C. A. (Org.) **Análises geográficas sobre o território brasileiro**: dilemas estruturais à Covid-19. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2020. Cap. 11, p. 173-188.

SOUZA, M. A. A. **Geografia e Razão Prática**: Diálogos Multidisciplinares. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2025.

SPODE, P. L. C. **Pobreza e privação social na área urbana de Santa Maria, Rio Grande do Sul**: uma análise a partir dos usos do território. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Santa Maria, 2020.

SPODE, P. L. C. **Privação social como conceito de análise da pobreza urbana**: horizontes teórico-conceituais para a Geografia brasileira. Tese (Doutorado em

Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024.

SPODE, P. L. C.; FARIA, R. M. de. Social Deprivation and Poverty in the City of Santa Maria, Rio Grande do Sul: Analysis from Popular Peripheries of High Social Deprivation. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 37, n. 1, 2025. DOI: 10.14393/SN-v37-2025-75531. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/75531>. Acesso em: 4 mai. 2026.

SUL 21. A história da Vila Resistência, em Santa Maria (por Ocupação Vila Resistência). **Opinião**, 9 de maio de 2018. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2018/05/a-historia-da-vila-resistencia-em-santa-maria-por-ocupacao-vila-resistencia/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

TV OVO. **Nova Santa Marta**: Cidade de Lona (documentário). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MYq3vFdG8fY>. Acesso em: 10 fev. 2026.

Recebido em 30/03/2026

Aceito em 12/05/2026